



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

DIÁRIO ELETRÔNICO MPDFT

Edição n.º 641, 30 de julho de 2015.

LEONARDO ROSCOE BESSA

Procurador-Geral de Justiça

SELMA SAUERBRONN

Vice-Procurador-Geral de Justiça

CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DE ALMEIDA

Corregedora-Geral de Justiça

JOSÉ THEODORO CORREA DE CARVALHO

Chefe de Gabinete do MPDFT

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO

Diretor-Geral do MPDFT



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, Brasília-DF - CEP 70.091-900.

Horário de funcionamento para atendimento ao público externo: em dias úteis, das 12h às 18h

Telefones: (61) 3343-9500 - Plantão (sábados, domingos e feriados): (61) 3214-4444 | 3103-6217 | 3103-6219



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos _Atividade Meio

TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

Aos 29 dias do mês de julho do ano de 2015, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da atividade-meio/CPAD-Meio, de acordo com o que consta das Listagens de Eliminação de Documentos/LED nº 01/2015 – Promotoria de Justiça de Taguatinga; nº 01/2015 – Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (PRODEMA); nº 1/2015 – Seção de Almoxarifado/DAA; nº 2/2015 – Promotoria de Justiça de Sobradinho; nº 3/2015 – Promotoria de Justiça do Paranoá; nº 4/2015 – Promotoria de Justiça de Ceilândia; nº 5/2015 – Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude; nº 6/2015 – Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária; nº 7/2015 – Secretaria de Suporte Administrativo/CGAB/PGJ; nº 8/2015 – Promotoria de Justiça de Taguatinga; nº 9/2015 – Divisão de Digitalização e Publicação; nº 10/2015 – Plan-Assiste; e o Edital de Ciência de Eliminação de Documentos nº 1/2015, publicado no Diário Oficial da União - Seção 3, página 132, de 22 de maio de 2015, procedeu à eliminação de 25,09 metros lineares de documentos integrantes do acervo do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios/MPDFT, do período de 1987 a 2012.

As referidas Listagens de Eliminação de Documentos encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico www.mpdft.gov.br.

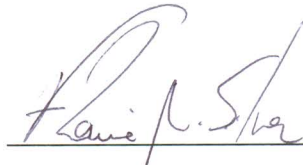
Antônio Hugo Barbosa Neto
Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da atividade-meio
CPAD

Brasília, 29 de Julho de 2015.

Termo de Trituração

Declaramos para devidos fins que trituramos o material sigiloso do (a) **MPDFT - MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**. Material triturado em nosso Triturador Industrial sob responsabilidade da nossa empresa.

Por ser verdade, assino.



06.096.335/0001-31

**CAPITAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DE PRODUTOS REICLÁVEIS LTDA**

SCIA Qd 09 Conj. 01 Lote 01

CEP: 71250-810 - BRASÍLIA - DF

Capital Ind. Com. de Produtos Recicláveis Ltda

CNPJ: 06.096.335/0001-31


Júlio César de Oliveira Rêgo
Chefe da Secretaria Administrativa
CDI/VPGJ/MPDFT

MPDFT - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Doação para a Cooperativa Assoc. Recicle a Vida



COLETA
Nº 1440181
(61) 3201-0002
3031-0201 / 9985-4145

Ticket à vista válido por 30 dias

BALANÇA ELETRÔNICA AFERIDA PELO INMETRO

CAPITAL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS RECICLAVEIS LTDA
 SCIA, Quadra 09 Conj. 01 Lote: 01, CEP: 71.250-810 - Cidade dos Automoveis - Brasília - DF

Parceiro: **609 - ASS. RECICLE A VIDA**

Placa: JE4517

UF:

Motôneta:

Pesagem Nº: **144018**

Entrada/Saída: **E**

Data/Hora: **29/7/2015 10:15:08**

Balançista: **AURILEIA**

Produto:

6-MP-MISTURA

Peso Entrada:

3380 kg

Peso Saída:

2360 kg

Sub Total:

1020 kg

Desconto:

0 kg 0,00%

Total Líquido:

1020 kg

Observação: DOAÇÃO MINISTERIO PUBLICO DO DIS
 FEDERAL E TERRITORIOS

Obrigado ! Volte sempre !



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CORREGEDORIA-GERAL

EDITAL DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA – 2015

O Corregedor-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em cumprimento ao disposto no art. 174, II, da Lei Complementar n. 75/93, art. 2º da Resolução nº 43/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, e art. 66 do Provimento n. 15/2004 do Conselho Superior do MPDFT, faz saber, a quem interessar possa, que será realizada, no período de **31 de agosto a 28 de outubro de 2015** a Correição Ordinária no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, conforme cronograma de visitas abaixo, as quais serão realizadas entre 13h30 e 19h, salvo se a unidade funcionar em horário diverso. A Correição Ordinária de 2015 abrangerá o período compreendido entre 1º de agosto de 2014 a 31 de julho de 2015 e todos os feitos que estiverem com vista ao Ministério Público deverão estar nas dependências da Instituição para possibilitar eventual necessidade de análise. É obrigatória a presença dos membros responsáveis pelas unidades, exceto se estiverem em audiência, sessão, evento externo ou outro afastamento previamente comunicado. Durante todo o período da Correição Ordinária, a Corregedoria-Geral estará à disposição de interessados que pretendam apresentar sugestões ou formular reclamações acerca dos serviços prestados pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Cronograma da Correição Ordinária de 2015

1. **Dia 31 de agosto de 2015** – Gama
Promotorias Criminais, Tribunal do Júri, Cíveis, Família, Eleitorais, Especiais Criminais e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica
2. **Dia 1º de setembro de 2015** – Brasília
Núcleos de Direitos Humanos (NDH), Núcleos de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial (NCAP) e Núcleo de Combate à Tortura (NCT)
3. **Dia 2 de setembro de 2015** – Planaltina
Promotorias Criminais, Tribunal do Júri, Cíveis, Família, Eleitorais, Especiais Criminais e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CORREGEDORIA-GERAL

4. Dia 4 de setembro de 2015 – Brasília
Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (PRODEP) e Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social (PROFEIS)
5. Dia 14 de setembro de 2015 – Brasília
Promotorias de Justiça de Execuções Penais (PROEP) e Promotorias de Justiça de Execuções das Penas e Medidas Alternativas
6. Dia 15 de setembro de 2015 – Núcleo Bandeirante
Promotorias Criminais, Tribunal do Júri, Cíveis, Família, Eleitorais, Especiais Criminais e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica
7. Dia 17 de setembro de 2015 – Samambaia
Promotorias Criminais, Tribunal do Júri, Cíveis, Família, Eleitorais, Especiais Criminais e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Infracionais de Defesa da Infância e Juventude
8. Dia 18 de setembro de 2015 – Brasília
Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e Juventude (PDIJ) e Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (PROEDUC)
9. Dia 21 de setembro de 2015 – Brasília
Promotorias de Justiça de Entorpecentes (PROEN), Promotorias de Justiça de Registros Públicos e Promotorias de Justiça de Falências e de Recuperação de Empresas
10. Dia 22 de setembro de 2015 – Ceilândia
Promotorias Criminais, Tribunal do Júri, Cíveis, Família, Eleitorais, Especiais Criminais e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica
11. Dia 24 de setembro de 2015 – Brazlândia
Promotorias Criminais, Tribunal do Júri, Cíveis, Família, Eleitorais, Especiais Criminais e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica
12. Dia 25 de setembro de 2015 – Brasília
Promotorias de Justiça de Família, Órfãos e Sucessões e Promotorias de Justiça Cíveis e de Fazenda Pública
13. Dia 28 de setembro de 2015 – Riacho Fundo
Promotorias Criminais, Tribunal do Júri, Cíveis, Família, Eleitorais, Especiais Criminais e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica, 2ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa do Patrimônio Público
14. Dia 29 de setembro de 2015 – Brasília
Promotorias de Justiça Criminais e Promotorias de Justiça do Tribunal do Júri



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CORREGEDORIA-GERAL

15. Dia 1º de outubro de 2015 – Leal Fagundes
Das 13h30 às 19h: 3ª e 4ª Promotorias Especiais Criminais de Brasília, Promotorias Militares e Promotorias de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica de Brasília.
Das 19h às 21h: 5ª e 6ª Promotorias Especiais Criminais de Brasília
16. Dia 2 de outubro de 2015 – Leal Fagundes, Guará e NAI
Das 9h às 12h: 1ª e 2ª Promotorias Especiais Criminais de Brasília.
Das 13h30 às 19h: Promotorias Criminais, Tribunal do Júri, Especiais Criminais e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Guará e o Núcleo de Atendimento Integrado – NAI
17. Dia 13 de outubro de 2015 – Brasília
Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (PROURB) e Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (PRODEMA)
18. Dia 14 de outubro de 2015 – Santa Maria
Promotorias Criminais, Tribunal do Júri, Cíveis, Família, Eleitorais, Especiais Criminais e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica, 3ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa do Patrimônio Público
19. Dia 15 de outubro de 2015 – Paranoá
Promotorias Criminais, Tribunal do Júri, Cíveis, Família, Eleitorais, Especiais Criminais e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica, 1ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa do Patrimônio Público
20. Dia 16 de outubro de 2015 – Brasília
Procuradorias de Justiça Cíveis, Criminais, Criminais Especializadas e Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão (PDDC)
21. Dia 19 de outubro de 2015 – Brasília
Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor (PRODECON) e Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Tributária (PDOT)
22. Dia 20 de outubro de 2015 – São Sebastião
Promotorias Criminais, Tribunal do Júri, Cíveis, Família, Eleitorais, Especiais Criminais e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica
23. Dia 22 de outubro de 2015 – Taguatinga
Promotorias Criminais, Tribunal do Júri, Cíveis, Família, Eleitorais, Especiais Criminais e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica
24. Dia 23 de outubro de 2015 – Brasília
Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde (PROSUS), Promotoria de Justiça Criminal de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde (PRÓ-VIDA), Promotorias de Justiça de Defesa da Filiação (PROFIDE), Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso (PRÓ-IDOSO) e Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência (PROPED)



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CORREGEDORIA-GERAL

25. Dia 26 de outubro de 2015 – Brasília
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO),
Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI),
Promotorias Eleitorais e de Precatórias
26. Dia 27 de outubro de 2015 – Sobradinho
Promotorias Criminais, Tribunal do Júri, Cíveis, Família, Eleitorais, Especiais
Criminais e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica
27. Dia 28 de outubro de 2015 – Brasília
Departamento de Perícias e Diligências (DPD), Câmaras de Coordenação e
Revisão da Ordem Jurídica, Assessorias da Procuradoria-Geral de Justiça e
Conselho Superior

Brasília-DF, 28 de julho de 2015.

ORIGINAL ASSINADO
Carlos Eduardo Magalhães de Almeida
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do MPDFT



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CORREGEDORIA-GERAL**

Portaria nº 035/2015-GCG

Brasília-DF, 27 de julho de 2015.

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais previstas nos artigos 172 e 174 da Lei Complementar nº 75/1993 e no artigo 4º, inciso I, do Provimento 15 do Conselho Superior, de 12 de novembro de 2004,

Considerando o Memorando nº 06/2015-VPJ, de 23 de julho de 2015, por meio do qual a Vice-Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Selma Sauerbronn, indica o nome da Promotora de Justiça Ana Luiza Lobo Leão Osório para integrar a Comissão instituída pela Portaria nº 033, de 2 de julho de 2015, da Corregedoria-Geral, por entender adequada a participação da Assessoria de Políticas Institucionais;

RESOLVE

Art. 1º Aditar a Portaria nº 033, de 2 de julho de 2015, para incluir, como integrante da comissão instituída para estudos e elaboração de minuta normativa para acompanhamento médico e remoção compulsórios de membros do MPDFT, a Promotora de Justiça Ana Luiza Lobo Leão Osório, da Assessoria de Políticas Institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça.

Dê-se ciência. Cumpra-se.

CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DE ALMEIDA
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS
DIRETORIA GERAL

##ATO EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO

##TEX Contratantes: União Federal por intermédio do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e a FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS – FESMPDFT. Processo: 08190.184224/15-73. Objeto: Participação de um membro no curso de “Pós-graduação lato sensu ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS”. Valor total: R\$ 15.610,00 (quinze mil, seiscentos e dez reais). Fundamento Legal: Inexigibilidade de Licitação, art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93 atualizada. Autoridade Superior: Wagner de Castro Araújo – Diretor -Geral do MPDFT, em 23/07/2015.

##ASS Wagner de Castro Araújo
##CAR Diretor-Geral do MPDFT.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS
DIRETORIA GERAL

##ATO EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO

##TEX Contratantes: União Federal por intermédio do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e a FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS – FESMPDFT. Processo: 08190.161893/15-02. Objeto: Participação de 04 (quatro) membros e 10 (dez) Servidores no Curso “APERFEIÇOAMENTO EM PROCESSO COLETIVO E PRECEDENTES JUDICIAIS: PERSPECTIVA CRÍTICA E COMPARADA”. Valor total: R\$ 9.940,00 (nove mil, novecentos e quarenta reais). Fundamento Legal: Inexigibilidade de Licitação, art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93 atualizada. Autoridade Superior: Wagner de Castro Araújo – Diretor - Geral do MPDFT, em 23/07/2015.

##ASS Wagner de Castro Araújo
##CAR Diretor-Geral do MPDFT.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS
DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DIRETORIA GERAL

##ATO EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO

##TEX Contratantes: União Federal por intermédio do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e a empresa CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASÍLIA – CEUB. Processo: 08190.184400/15-02. Objeto: Participação de um Membro no curso de “Pós-Graduação *stricto sensu* - MESTRADO EM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS”. Valor total: R\$ 20.325,78 (vinte mil, trezentos e vinte e cinco reais e setenta e oito centavos). Fundamento Legal: Inexigibilidade de Licitação, art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93 atualizada. Autoridade Superior: Wagner de Castro Araújo – Diretor-Geral do MPDFT, em 23/07/2015.

##ASS Wagner de Castro Araújo
##CAR Diretor-Geral do MPDFT.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS
DIRETORIA GERAL

##ATO EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO

##TEX Contratantes: União Federal por intermédio do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e a empresa CONETA 190 TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA. Processo: 08191.105436/14-85. Objeto: Aquisição de detector de frequência GSM. Valor total: R\$ 45.660,00 (quarenta e cinco mil, seiscentos e sessenta reais). Fundamento Legal: Inexigibilidade de Licitação, art. 25, Inciso I, da Lei nº 8.666/93 atualizada. Autoridade Superior: Wagner de Castro Araújo - Diretor-Geral do MPDFT, em 28/07/2015.

##ASS Wagner de Castro Araújo
##CAR Diretor-Geral do MPDFT.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 815 , DE 28 DE JULHO DE 2015.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PGJ, de 19/1/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.027755/2015-58,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **CAROLINE RESENDE ARAÚJO LIMA**, matrícula 3289-1, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Chefe do Setor de Apoio a Segurança Escolar da Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude e da Educação, código FC-03 (53000004), dispensando, a contar de 1/8/2015, a servidora **RITA CRISTINA DIAS DA COSTA VARGAS**, matrícula 1000-6.

Art. 2º Dispensar a servidora **CAROLINE RESENDE ARAÚJO LIMA**, matrícula 3289-1, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração da carreira do Ministério Público da União, da função de confiança de Chefe do Serviço de Secretaria do Setor de Apoio e Controle dos Feitos da Educação da Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude e da Educação, código FC-02 (68001023).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


WAGNER DE CASTRO ARAÚJO



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 816, DE 28 DE JULHO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PGJ, de 14/01/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria/PGJ nº 1.160, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 08191.028044/2015-09,

RESOLVE:

Declarar vago, a contar de 20/7/2015, o cargo de Analista do MPU/Perícia/Contabilidade – Código AN10202, Classe A, Padrão 3, até então ocupado pelo servidor **JÚLIO CÊSAR DA MATA OLIVEIRA**, matrícula 4203-0, por motivo de posse em outro cargo público incompatível, com fulcro no art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e com as ressalvas apontadas no Parecer AUDIN/MPU nº 00533/2000.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


WAGNER DE CASTRO ARAÚJO



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 817 , de 28 de julho de 2015.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições previstas no artigo 197, inciso IV, do RIMPDFT (Portaria Normativa nº 275/PGJ, de 11/10/2013) e na Portaria Normativa/DG nº 32, de 13 de janeiro de 2010, tendo em vista o que consta do Processo nº 08190.142745/14-17.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o servidor JÚLIO TOSHIO MANDAI, matrícula nº 4046, para exercer o encargo de GESTOR do Contrato nº 28/2015, firmado com AR FRIO COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA. - ME, que tem por objeto o fornecimento e/ou instalação de condicionadores de ar, tipo split, nas instalações do MPDFT (Promotoria de Sobradinho, Edifício IBAMA e Edifício Sede do MPDFT), e o servidor PABLO NUNES DA COSTA, matrícula nº 4603, para exercer o encargo de GESTOR SUBSTITUTO.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


WAGNER DE CASTRO ARAÚJO



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 818 , DE 28 DE JULHO DE 2015.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PGJ, de 19/1/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.027581/2015-23,

RESOLVE:

Dispensar, a contar de 23/7/2015, a servidora **DENILDA OLIVEIRA DO PRADO**, matrícula 3845-8, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração da carreira do Ministério Público da União, da função de confiança de Chefe do Setor de Consolidação de Informações Psicossociais da Secretaria Executiva Psicossocial da Vice-Procuradoria-Geral, código FC-03 (53002203).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


WAGNER DE CASTRO ARAÚJO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA Nº 819, DE 28 DE JULHO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PGJ, de 14/01/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria/PGJ n.º 1.160, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 08191.028079/2015-30,

RESOLVE:

Declarar vago, a contar de 20/7/2015, o cargo de Analista do MPU/Apoio Técnico Especializado/Gestão Pública – Código AN10300, Classe A, Padrão 2, até então ocupado pela servidora **JULIANA MEDEIROS DE OLIVEIRA**, matrícula 4611, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, com fulcro no art. 33, inciso VIII, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e com as ressalvas apontadas no Parecer AUDIN/MPU n.º 00533/2000.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


WAGNER DE CASTRO ARAÚJO

Sumário

Capa.....	p. 1
Procuradoria-Geral de Justiça.....	p. 2
Termo de Eliminação de Documentos	p. 2
Corregedoria-Geral	p. 5
Edital 01/2015.....	p. 5
Portaria 035/2015	p. 9
Secretaria-Geral.....	p. 10
Extrato de Inexigibilidade de Licitação 382015.....	p. 10
Extrato de Inexigibilidade de Licitação 392015.....	p. 11
Extrato de Inexigibilidade de Licitação 402015.....	p. 12
Extrato de Inexigibilidade de Licitação 412015.....	p. 13
Portaria 815/2015	p. 14
Portaria 816/2015	p. 15
Portaria 817/2015	p. 16
Portaria 818/2015	p. 17
Portaria 819/2015	p. 18
Sumário.....	p. 19